



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 13 de abril de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 15h05min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Dr. Oswaldo Soares Neto - Vara Criminal de Apucarana Dra. Juliana Arantes Zanin - Vara de Execução de Foz do Iguaçu Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF</p> <p>CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Paulo Marcovicz</p> <p>Defensoria Pública do Paraná Dr. André Ribeiro Giamberardino</p> <p>Assembleia Legislativa - Comissão de Direitos Humanos Dra. Thais Giselle Diniz Santos</p>	<p>Secretaria de Estado da Segurança Pública Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Vinicius Augustus Carvalho Dr. Diego Piotrowski Machado</p> <p>OAB/PR -----</p> <p>Governo do Estado - Casa Civil -----</p> <p>Feccompar Helena Maria Ramos dos Santos</p> <p>Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes</p> <p>Secretaria de Saúde Dra. Lucimar Pasin de Godoy</p>
--	--

Assuntos da Pauta

1. Atualizações;
2. Assuntos gerais:

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e, em seguida, passou a palavra ao Dr. Vinicius para que fossem apresentadas atualizações sobre a Covid-19.

Dr. Vinicius, primeiramente, disse que não realizou a atualização do plano de atuação, colocando em pauta a vacinação das pessoas privadas de liberdades, conforme lhe fora solicitado na reunião passada. Declarou que agiu em conformidade com as orientações da SESA, que informou-lhe que mesmo os detentos com idade avançada não entrarão na fila de vacinação como entes prioritários. Todos os indivíduos privados de liberdade serão considerados como um único grupo de vacinação, que será vacinado depois dos idosos. Já com relação ao boletim informativo sobre a Covid-19, informou que, no quadro geral, há 181 (cento e oitenta e um) presos e 33 (trinta e três) servidores com casos suspeitos, além 142 (cento e quarenta e dois) presos e 71 (setenta e um) servidores com casos confirmados. Até o presente momento, 11 (onze) presos e 06 (seis) servidores foram à óbito. Nos municípios de Sengés e Wenceslau Braz, há um pequeno surto da doença. Em Sengés, há um total de 14 (quatorze) presos com casos confirmados. Em Wenceslau Braz, há 23 (vinte e três) presos confirmados. O mesmo ocorre no município de Ivaporã, que atualmente possui 85 (oitenta e cinco) presos com casos confirmados. A quarentena de todos estes casos deverá ser encerrada entre os dias 20 e 24 de abril. Em Curitiba, atualmente há 19 (dezenove) presos e 22 (vinte e dois) servidores em quadro suspeito, e 09 (nove) presos e 23 (vinte e três) servidores confirmados. Em Ponta Grossa, há um preso e três servidores com quadro suspeito, e 39 (trinta e nove) presos e 03 (três) servidores com casos confirmados. Em Londrina, há 149 (cento e quarenta e nove) presos e 03 (três) servidores com suspeita, 85 (oitenta e cinco) presos e 06 (seis) servidores com casos confirmados. Em Maringá, há 12 (doze) presos e 04 (quatro) servidores com quadro suspeito, 06 (seis) presos e 21 (vinte e um) servidores com casos confirmados. Em Cascavel, há dois servidores com quadro suspeito e um servidor confirmado. Em Foz do Iguaçu, há somente um servidor com caso confirmado. Em Francisco Beltrão e Guarapuava, há 03 (três) presos e 16 (dezesesseis) servidores com casos confirmados. O surto da doença ocorrido em Nova Esperança encerrou-se no dia 03/04/2021.

Dr. Paulo solicitou a conformação por parte do Dr. Vinicius se o surto ocorrido em Nova Esperança realmente encontra-se sanado, já que há pouco tempo havia recebido a informação de que o quadro tendia a persistir.

Dr. Vinicius confirmou a informação, dizendo que o surto foi sanado no dia 03 de abril.

Dr. Paulo aproveitou para perguntar sobre a situação dos leitos nos hospitais na região de Nova Esperança, haja vista que, há poucos dias, soube que neste território ocorreu uma espécie de mobilização social em relação à ocupação de leitos por parte dos presos. Ao que parece, os cidadãos demonstraram descontentamento com o fato de que os poucos leitos da cidade estavam sendo destinados aos detentos.

Dra. Elaine declarou que nenhuma informação neste sentido foi passada para a Secretaria de Saúde, e que acredita que a situação da região esteja sob controle.

Dr. Paulo disse que a manifestação social que ocorreu é um manifesto de discriminação contra o direito à saúde dos presos.

Dr. André solicitou à Secretaria de Saúde que apontasse ao comitê o fundamento legal da decisão que colocou os presos com idade superior a 60 anos como um grupo de vacinação uno e separado, não sendo vacinados dentro do plano nacional de imunização, nas categorias de idade. Declarou que, em sua opinião, postergar a vacinação da população idosa carcerária é uma decisão ilegal, pois o critério etário deve ser universal.

Dra. Elaine, em resposta, disse que concorda com o posicionamento do Dr. André, e sugeriu que a Secretaria de Saúde fosse oficiada para encaminhar um parecer jurídico sobre o assunto.

Dra. Waleiska estendeu a preocupação apresentada pelo Dr. André também às pessoas com comorbidades. Declarou que os critérios de vacinação não deveriam ter em conta os status de liberdade da população, sobretudo em relação aos que se enquadram como entes prioritários.

Dra. Juliana disse que, há cerca de duas ou três semanas, foi liberada a entrada de novos presos para ocupação de vagas na nova extensão da PF1 (cuja capacidade equivale a um novo presídio). Declarou que está preocupada, porque, apesar da grande leva de novos detentos, nenhum incremento foi feito na intenção de reforçar a proteção à saúde dos apenados. Recordou a todos que, há pouco tempo, o próprio Dr. Francisco, quando esteve em Foz do Iguaçu, observou que o território possui pouca infraestrutura de saúde, haja vista que há somente um médico para atender mais de dois mil presos. Neste contexto, questionou se há previsões de melhoria neste sentido.

Dr. Vinicius disse que irá verificar com os responsáveis quais medidas estão sendo tomadas para resguardar a saúde destes detentos.

Dr. Francisco declarou, com base nas visitas que já realizou em Foz do Iguaçu, que o território, em sua opinião, precisa de um auxílio da Secretaria de Saúde do município. Demonstrou preocupação com a nova cepa do Covid-19, pois esta tem atingido a população jovem, e não há como saber como a nova onda do vírus irá se comportar dentro do sistema carcerário. Com relação às vacinas, declarou que é muito difícil calcular qual a conduta certa a ser tomada, tanto dentro quanto fora das prisões, pois não há, na área da saúde, nenhuma previsão precisa quanto ao resultado da vacinação em massa. Em outras palavras, pode ser que o problema do Covid-19 no Brasil não seja resolvido nem mesmo com a vacinação em massa. Ainda que a vacina contribua fatalmente para frear os casos de Covid, é preciso ter em consideração que a doença se comporta de maneira diferente para cada organismo, e o mesmo tem ocorrido com a própria vacina, que reage diferente de pessoa para pessoa. Desta forma, ainda que toda a população carcerária venha a ser vacinada, todos os cuidados precisam ser mantidos. Declarou, ainda, que se toda a população brasileira começasse a ser vacinada no presente momento, seriam necessários 243 (duzentos e quarenta e três) dias para que a primeira e a segunda dose fossem aplicadas em 70% da população, isto levando em conta uma média de aplicação de um milhão de vacinas por dia, de modo que a imunização propriamente dita irá demorar para acontecer.

Dra. Juliana colocou que a estrutura de saúde no sistema carcerário deveria ser melhorada, independente do cenário da pandemia - embora a Covid-19 torne isso ainda mais urgente. Declarou que atualmente, em Foz do Iguaçu, há um universo de 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas com quase nenhum acesso à saúde.

Dr. Francisco declarou que acredita que o problema estrutural seja uma questão complicada, que não seria solucionado pela simples contratação de mais médicos e profissionais da saúde, haja vista a carência de funcionários realmente qualificados. Colocou que, em sua opinião, o ideal seria firmar uma parceria com os municípios, para que algumas estruturas da saúde privada fossem concedidas para auxiliar nestas questões públicas.

Dr. Vinicius declarou que fez contato com Dr. Marx, de Foz de Iguaçu, e que o Dr. Andrade possui algumas observações sobre o cenário do local.

Dr. Andrade colocou que o recebimento de novos detentos na extensão da PF1 tem sido feito de maneira gradativa. Ressaltou que todos os detentos estão passando por um processo de triagem, e que adaptações internas têm sido feitas para melhorar as condições de saúde dos detentos, como a instalação de uma nova ala de enfermaria. Além disso, assegurou que os presos que estão sendo transferidos à nova extensão já estavam alojados na própria PF1.

Dra. Juliana disse que, na realidade, o que está acontecendo é uma “dança de cadeiras”, pois alguns detentos têm sido transferidos da PF2 e da PF3 para a PF1, e, na sequência, para a nova extensão. Desta forma, em duas ou três semanas, o número de detentos da PF1 cresceu em uma quota de quase 200 pessoas. Ao todo, são quase 2.500 presos, que contam com o auxílio de apenas um médico. Por este motivo, demonstrou preocupação em relação a esta estrutura precária, não apenas por conta do Covid-19, mas por conta de quaisquer outras doenças que possam surgir.

Dr. Vinicius declarou que compreende a preocupação, e questionará os profissionais responsáveis sobre qual a melhor política de gestão a ser adotada neste cenário.

Dr. Paulo questionou ao Dr. Vinicius explicou como está a situação em Paranavaí, pois recebeu a informação de que o território estaria passando por um surto da doença.

Dr. Vinicius disse que, tempos atrás, a população carcerária passou por um pequeno surto da doença, tendo alcançado o importe de 36 (trinta e seis) presos infectados. Contudo, atualmente a situação já se encontra normalizada no sistema carcerário. Recentemente, porém, ocorreu um surto em uma delegacia de polícia da região, que chegou a alcançar o importe de mais de 50% de policiais e servidores infectados pela Covid-19.

Dr. Paulo reforçou que, nos locais de surto, o mais correto é cancelar as audiências por videoconferência, para evitar que pessoas de fora venham a se infectar.

Desembargador Ruy Muggiati deu início a parte final da reunião, colocando especial importância em dois encaminhamentos. O primeiro, relativo ao que foi proposto pelo Dr. André e pela Dra. Waleiska, seria o **encaminhamento de um Ofício à Secretaria de Saúde, devendo o Sr. Kleber e a Dra. Waleiska auxiliarem o Dr. André na produção deste documento**. O segundo encaminhamento, conforme propôs o Dr. Paulo, é sugerir aos tribunais que, nos locais onde houverem surtos da Covid-19, que sejam canceladas as audiências por videoconferência, para evitar movimentação entre os presos e diminuir o risco de novas infecções.

Desembargador Ruy Muggiati encerrou a reunião, **agendando a próxima para o dia 27 de abril de 2021, às 14h.**